



# Diário Oficial

## Estado de Goiás

GOIÂNIA, SEGUNDA-FEIRA, 21 DE MAIO DE 2018

ANO 181 - DIÁRIO OFICIAL/GO - Nº 22.812

### PODER EXECUTIVO

#### ATOS DO PODER EXECUTIVO

##### DECRETO Nº 9.225, DE 18 DE MAIO DE 2018.

Delega competência para a prática dos atos que especifica.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, nos termos dos arts. 37, inciso XII e seu parágrafo único, e 40, § 1º, inciso I, da Constituição Estadual, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201800006022464,

##### DECRETA:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário de Estado de Educação, Cultura e Esporte, **MARCOS DAS NEVES**, competência para, na forma da lei, praticar os atos de instauração de processo administrativo disciplinar, seu julgamento final e aplicação de qualquer das penalidades previstas na legislação pertinente, quando da alçada do Governador, ressalvadas a cassação de aposentadoria e disponibilidade, bem como exonerar, quando extinta a punibilidade por prescrição na hipótese de abandono de cargo, quanto aos servidores integrantes dos Quadros Permanente e Transitório do Magistério Público Estadual e dos Quadros de Agente Administrativo Educacional (Apoio, Técnico e Superior), assegurado ao indiciado o direito ao contraditório e à ampla defesa e após a audiência da Procuradoria-Geral do Estado.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2018.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 18 de maio de 2018, 130º da República.

**JOSÉ ELITON DE FIGUEREDO JÚNIOR**

Protocolo 76875

##### DECRETO Nº 9.226, DE 18 DE MAIO DE 2018.

Altera o Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP - e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, nos termos do disposto no art. 10 da Lei nº 17.257, de 25 de janeiro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 201816448000726 e Anexo,

##### DECRETA:

Art. 1º O inciso VI do art. 2º do Decreto nº 8.483, de 20 de novembro de 2015, que aprova o Regulamento da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP - e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 2º .....

VI - .....

w) de construção, reforma, adequação, ampliação, manutenção e obras de infraestrutura dos prédios públicos e unidades pertencentes ou destinadas ao Sistema Prisional, que serão realizadas pela Diretoria-Geral de Administração Penitenciária, com a colaboração da Agência Goiana de Transportes e Obras - AGETOP, no que couber.

....."(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 18 de maio de 2018, 130º da República.

**JOSÉ ELITON DE FIGUEREDO JÚNIOR**

Protocolo 76886

##### DECRETO Nº 9.227, DE 18 DE MAIO DE 2018.

Declara de utilidade pública, para efeito de desapropriação e instituição de faixa de servidão, as áreas de terras que especifica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais, tendo em vista o que consta do Processo nº 201700001001292 e nos termos dos arts. 2º, caput, 3º, 5º, alíneas "d", "e" e "h", 6º, 15 e 40 do Decreto-Lei federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, com alterações posteriores,

##### DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para efeito de desapropriação e instituição de faixa de servidão de passagem em favor da SANEAMENTO DE GOIÁS S/A - SANEAGO, sociedade de economia mista, com sede nesta Capital, constituída com autorização da Lei estadual nº 6.680, de 13 de setembro de 1967, concessionária dos serviços de água e esgoto sanitário do Município de Cidade Ocidental, as áreas de terras de propriedade de particulares abaixo descritas, visando à implantação, proteção, operação, manutenção e ao acesso do Poço PGD 88, para ampliação do sistema de abastecimento de água daquele Município:

##### I - desapropriação:

Proprietária: Vieira Imóveis Ltda.

Localização: Chácara 16, Quadra 19 do Loteamento Mansões Suleste 1, Município de Cidade Ocidental.

Matrícula nº: 19.717 do CRI de Luziânia-GO.

Área: 100,00m².

Situação e Limites: "Começa no marco M1, cravado na confrontação com a Rua 7 e segue confrontando com terras da mesma propriedade, com azimute de 16°06'31" e distância de 10,00m, até o marco M2; daí, segue com azimute de 106°06'31" e distância de 10,00m, até o marco M3; daí, segue com azimute de 196°06'31" e distância de 10,00m, até o marco M4, na confrontação com a Rua 7; daí, segue confrontando com a referida Rua, com azimute de 286°06'31" e distância de 10,00m, até o marco M1, onde



COMPANHIA DE INVESTIMENTO E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS S/A  
CNPJ: 08.235.587/0001-20 - NIRE: 523000106-41  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos aos acionistas da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás – GOIÁS PARCERIAS, as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, composta de: Balanço Patrimonial, Demonstração dos Resultados do Exercício, Demonstração das Mutações Patrimoniais, Demonstração do Fluxo de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e Pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes: Maciel Auditores S/S. Goiânia, 09 de Maio de 2018

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

João Furtado de Mendonça Neto - Conselheiro Presidente

Afranio Cotrim V. Junior - Conselheiro Vice-Presidente

Jose Fernando Navarrete Pena

José Taveira Rocha - Conselheiro

Ivan Diderot de Souza - Conselheiro

Pedro de Moraes Jardim - Conselheiro

## DIRETORIA EXECUTIVA:

Afranio Cotrim V. Junior - Presidente

Alvaro Nicolás Troncoso Chaves - Dir Adm/Financeiro e de Relações com Investidores

Valdir Alves Marques - Diretor de Planejamento

Márlis Braga Machado - Diretor Técnico

## CONTADOR

Luiz Fernando de Oliveira - Contador TCCRC MG 25222 S/GO

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016

ATIVO DESCRIÇÕES	NOTAS	EXERCÍCIO		PASSIVO DESCRIÇÕES	NOTAS	EXERCÍCIO	
		31/12/2017	31/12/2016			31/12/2017	31/12/2016
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
DISPONÍVEL	4	1.386.819,21	329.537,07	Obrigações Sociais	9	134.280,00	150.240,00
Caixa e Bancos		10,00	10,00	Impostos e Contribuições a Recolher	9	78.705,70	77.865,59
Aplicações Financeiras		1.386.809,21	329.527,07	Outras Contas a Pagar	10	17.821,38	17.906,22
<b>REALIZÁVEL - DE CURTO PRAZO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>230.807,08</b>	<b>246.011,81</b>
Contas a Receber		0,00	0,00	<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos a Recuperar		0,00	0,00	<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>1.386.819,21</b>	<b>329.537,07</b>				
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	11		
<b>REALIZÁVEL DE LONGO PRAZO</b>		<b>4.562.504,22</b>	<b>7.681.421,64</b>	Capital Social		394.333.079,03	394.333.079,03
Governo do Estado de Goiás	5	3.850.000,00	7.000.000,00	(-) Capital a integralizar		-41.741.244,15	-42.391.244,15
Outros Devedores		0,00	0,00	(-) Prejuízo Acumulado		-117.800.066,93	-115.102.103,23
(-)Ajuste a Valor Resente		0,00	0,00				
Impostos Federais Diferidos		0,00	0,00	<b>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO</b>		<b>234.791.767,95</b>	<b>236.839.731,65</b>
Valores Bloqueados Judicialmente	5	207.411,93	182.709,55	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>235.022.575,03</b>	<b>237.085.743,46</b>
Impostos a Recuperar	6	505.092,29	498.712,09				
INVESTIMENTOS	7	229.068.171,56	229.068.171,56				
Investimentos		229.068.171,56	229.068.171,56				
IMOBILIZADO	8	5.080,04	6.350,00				
Imobilizado		5.080,04	6.350,00				
INTANGÍVEL		<b>0,00</b>	<b>263,19</b>				
Softwares		0,00	263,19				
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>233.635.755,82</b>	<b>236.756.206,39</b>				
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>235.022.575,03</b>	<b>237.085.743,46</b>				

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ENCERRADO  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (EM R\$ 1)

	NOTAS	31/12/2017	31/12/2016
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		0,00	0,00
<b>RESULTADO OPERACIONAL BRUTO</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>-2.697.963,70</b>	<b>-2.505.668,04</b>
Despesas administrativas	12	-2.755.701,23	-2.541.525,65
Depreciação e Amortização	12	-1.533,15	-1.892,38
Despesas Financeiras	12	-1.344,45	-837,81
Receitas Financeiras	13	60.615,13	38.587,80
Outras Despesas/Receitas Operacionais		0,00	0,00
Resultado em Equivalência Patrimonial		0,00	0,00
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>-2.697.963,70</b>	<b>-2.505.668,04</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL</b>		<b>-2.697.963,70</b>	<b>-2.505.668,04</b>
Imposto de Renda e CSLL		0,00	0,00
<b>LUCRO(PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>		<b>-2.697.963,70</b>	<b>-2.505.668,04</b>
NUMERO DE AÇÕES		394.033.079	394.033.079
<b>LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO</b>		<b>-0,0068</b>	<b>-0,0064</b>

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA NOS EXERCÍCIOS FINDOS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (EM R\$ 1)

DESCRIÇÃO	31/12/17	31/12/16
Atividades Operacionais	-2.696.430,55	-2.503.775,66
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>-2.697.963,70</b>	<b>-2.505.668,04</b>
Depreciações	1.533,15	1.892,38
Aumento (diminuição) de Ativos	3.118.917,42	35.845.466,83
Contas a Receber	3.118.917,42	35.845.466,83
Aumento (diminuição) de Passivos	-15.204,73	43.995,95
Obrigações Sociais	-15.960,00	30.000,00
Impostos e Contribuições a Recolher	1.182,11	10.845,92
Fornecedores	-426,84	3.350,03
Outros Passivos	0,00	0,00
Atividades de Investimentos	0,00	-80.006.349,00
Ativo Permanente	0,00	-80.006.349,00
Atividades de Financiamentos	650.000,00	46.541.612,53
Capital Social (integralização)	650.000,00	82.393.997,00
Capital Social (redução)	0,00	-35.852.384,47
Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
<b>7</b>		
Saldo Final das Disponibilidades	1.386.819,21	329.537,07
Saldo Inicial das Disponibilidades	329.537,07	408.586,42
<b>VARIAÇÃO FINAL DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>1.057.282,14</b>	<b>-79.049,35</b>

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 31 DE DEZEMBRO DE 2016 - (EM R\$ 1)

DESCRIÇÃO	Capital Social Realizado	Capital a Integralizar	Lucros/Prejuízos Acumulados	TOTAIS Saldos Pat Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>305.400.222,35</b>	<b>124.785.241,15</b>	<b>-112.596.435,19</b>	<b>192.803.787,16</b>
Subscrição de Capital				
Integralização do Capital	82.393.997,00	-82.393.997,00		82.393.997,00
Redução do Capital Social	-35.852.384,47			-35.852.384,47
Resultado do Exercício			-2.505.668,04	-2.505.668,04
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>351.941.834,88</b>	<b>42.391.244,15</b>	<b>-115.102.103,23</b>	<b>236.839.731,65</b>
Subscrição de Capital				0,00
Integralização do Capital	650.000,00	-650.000,00		650.000,00
Redução do Capital Social				
Resultado do Exercício			-2.697.963,70	-2.697.963,70
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017</b>	<b>352.591.834,88</b>	<b>41.741.244,15</b>	<b>-117.800.066,93</b>	<b>234.791.767,95</b>

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 1. Contexto operacional

A Companhia de Investimentos e Parcerias do Estado de Goiás S/A, sociedade de economia mista, de direito privado, CNPJ 08.235.587/0001-20, situada à praça Ludovico Teixeira, Rua 82, nº 400, 2º andar, Palácio Pedro Ludovico Teixeira, Setor Sul - Goiânia - GO - CEP 74.015-908, tem como objetivo precípuo de colaborar, apoiar e viabilizar a implementação do Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP's, instituído pela Lei Estadual nº 14.910 de 11/08/2004 e estruturar outras parcerias de interesse do desenvolvimento econômico e social de Goiás, conforme artigo 3º de seu Estatuto Social.

A Companhia constitui-se numa empresa para o desenvolvimento econômico e social, destinado a fomentar, coordenar, regular e fiscalizar atividades de agentes do setor privado que, na condição de colaborador, atuam na implementação das Políticas Públicas, voltado para o desenvolvimento do Estado e ao bem coletivo.

## 2. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com

as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações 6.404/76 e alterações posteriores, os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

A autorização para a conclusão dessas Demonstrações Financeiras foi dada pela Diretoria da Companhia em 09 de Maio de 2018.

Moeda de apresentação funcional - as demonstrações contábeis foram elaboradas em Real que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

## 3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e procedimentos adotados na elaboração das demonstrações financeiras são resumidos a seguir:

**a. Uso de Estimativas** - A preparação das demonstrações financeiras requer o uso, pela Administração da Companhia, de estimativas e premissas que afetam os saldos ativos e passivos e outras transações. Como esse julgamento envolve a determinação de estimativas relacionadas à probabilidade de eventos futuros, os resultados reais eventualmente podem divergir dessas estimativas. São empregadas estimativas para os seguintes registros contábeis relativos à provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciação/amortização de ativos tangíveis e intangíveis, provisão para perdas de investimentos, e provisão para contingências.

**b. Caixa e Equivalentes de caixa** - Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou consideradas de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas das demonstrações financeiras, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

**c. Investimentos** - Os investimentos em participações societárias em controladas e coligadas, em que haja caracterização de influência significativa da Companhia são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são demonstrados ao valor de custo.

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio líquido apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

**d. Imobilizado** - O ativo imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente. Caso seja identificada indicadores de perda de valor, imediatamente é constituído provisão para perdas.

**e. Propriedades para investimentos** - As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando esta é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

**f. Ativo Diferido** - refere-se a gastos pré-operacionais, incorridos até 2008. A Companhia optou, conforme faculta a legislação vigente no artigo 299-A da Lei 11.941/09, em manter esse saldo no Grupo Diferido, até sua amortização. A amortização é calculada à razão de 10% a.a.

**g. Intangível** - Composto de bens e direitos que atendem os requisitos específicos do Pronunciamento Técnico CPC 04 - Ativo Intangível.

O grupo de intangível está representado basicamente por gastos incorridos na aquisição de softwares, deduzidos de sua amortização, a qual é calculada com base em uma estimativa de vida útil (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Companhia).

**h. Obrigações Trabalhistas, Sociais e Fiscais** - são reconhecidas as obrigações trabalhistas e sociais, obrigações fiscais dentro do próprio exercício.

**i. Regime de apuração do resultado** - O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

**j. Imposto de renda e contribuição social** - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

**k) Lucro/Prejuízo por ação** - O lucro/prejuízo por ação é calculado com base na quantidade de ações existentes nas datas de encerramento dos balanços.

**l) Dividendos** - O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25% do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

**m) Os resultados abrangentes** - contemplam receitas e despesas e outras mutações que afetam o patrimônio líquido, mas que não são reconhecidos no resultado do exercício, conforme determinado nos pronunciamentos, interpretações e orientações que regulam a atividade contábil.

**n) Reserva legal** - constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, nos termos da lei societária e do estatuto social da Companhia.

**o) Redução ao valor recuperável de ativos** - A Companhia não efetuou o teste de recuperabilidade de ativos, conforme estabelece as normas contábeis NBC TG 01, CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade Res. 1.292/10.

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

a. Bancos contas movimento  
Apresenta conta de livre movimentação mantida pela entidade junto ao Banco Itaú e Caixa Econômica Federal, onde os saldos são computados pelo movimento incorrido não ultrapassando o valor de mercado.

b. Aplicações financeiras  
As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto a instituições financeiras nacionais (Caixa Econômica Federal e Banco Itaú).

	2017	2016
Caixa	0,00	0,00
Bancos c/Movimento	10	10
Aplicações Financeiras	1.386.809	329.527
<b>TOTAIS</b>	<b>1.386.819</b>	<b>329.537</b>

**5. Contas a receber**

A composição de créditos a receber é a seguinte:

	2017	2016
Governo do Estado de Goiás - CDSA (a)	3.850.000	7.000.000
Valores Bloqueados Judicialmente	207.412	182.710
<b>Contas a Receber</b>	<b>4.057.412</b>	<b>7.182.710</b>

(a) Referido crédito é proveniente do leilão da empresa Cachoeira Dourada S/A (CDSA), cindida pela CELG no ano de 1996. Na época do leilão realizado, parte dos recursos provenientes da venda (% de participação societária) deveriam ter sido enviados para a Goiás Investimentos S/A - Goiasinvest, tendo em vista, a sua parcela como acionista de Cachoeira Dourada. Entretanto, essas ações foram direcionadas ao Estado de Goiás, ficando, a partir de então, constituído o crédito da Goiasinvest com o Estado de Goiás. Esse crédito a receber foi registrado no balanço patrimonial da Goiasinvest e posteriormente, transferido para a Goiasparcerias, após o processo de incorporação da Goiasinvest pela Goiasparcerias ocorrido em 2008. Em Agosto de 2016 conforme AGE de 11/08/2016 o crédito acima foi reduzido mediante devolução ao Estado de Goiás do valor de R\$. 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) com a correspondente redução da participação do estado no capital da companhia.

**6. Impostos a recuperar**

	2017	2016
IRRF s/ Aplicação Financiera ( a )	505.092	498.712
<b>Total</b>	<b>505.092</b>	<b>498.712</b>

(a) Refere-se ao imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre rendimentos de aplicação financeira que é compensável com o imposto devido pela empresa com base no lucro real. A estimativa de compensação desses créditos é de longo prazo.

**7. Investimentos**

Os investimentos da Companhia estão divididos em:

	2017	2016
Participações em Controladas e Coligadas (9.1)	223.068.171,	6.000.000
Propriedades para Investimento (9.2)	6.000.000	6.000.000
<b>Total dos Investimentos</b>	<b>229.068.171</b>	<b>12.000.000</b>

**(7.1). Investimentos em Participações Societárias em Controladas e Coligadas**

A Companhia não efetua provisão para perdas relativas ao patrimônio líquido apurado em coligadas/controladas, pois inexistente obrigação legal por parte do controlador em assumir responsabilidade sobre esse patrimônio líquido negativo. Essa obrigação é do Estado de Goiás.

Empresa	2017	2016	Método de Avaliação
Saneago (a)	215.575.788	215.575.788	Custo de Aquisição
Ceasa	59.068	59.068	Custo de Aquisição
Codego	7.433.315	7.433.315	Custo de Aquisição
<b>Total</b>	<b>223.068.171</b>	<b>223.068.171</b>	

**7.2.) Propriedades para Investimento**

	2017	2016
Terrenos	6.000.000	6.000.000
<b>Propriedades para Investimento</b>	<b>6.000.000</b>	<b>6.000.000</b>

A propriedade para investimento é composta basicamente por um terreno que foi incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, conforme descrito abaixo:

• 01 imóvel incorporado da empresa Teleporto de Goiás S/A, pelo valor de R\$ 6.000.000, conforme Ata Geral de Constituição, cuja descrição é a seguinte:  
"01 imóvel localizado no bairro Serrinha, em Goiânia-GO, lavrado no cartório Souza, livro 00606 folha 033/035, protocolo 30102, escrevente 005, inscrita no cartório de Imóveis na Primeira Zona de Goiânia, livro 2 folha 01 RI 33345, delimitada pela Avenida Serrinha e Ruas 1.106, 1.111 e 1.112, perfazendo uma área total de 34.740,021 m²".  
Referido imóvel até o final de 2017 não havia sido transferido em cartório para a Goiás Parcerias.

**8. Imobilizado/Intangível**

Descrição	2017	2016
Equipamentos de Informática	20.581	20.581
Softwares	1.974	1.974
(-) Depreciação/Amort. Acumulada	(17.475)	(15.942)
	<b>5.080</b>	<b>6.613</b>

**9. Obrigações sociais e trabalhistas**

A composição das obrigações sociais e trabalhistas é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Honorário Diretoria	63.600	72.000
Honorário Conselho Fiscal	10.800	10.800
Honorário Conselho Administração	25.200	25.200
Outros Serviços	52.501	56.198
INSS	39.202	40.988
IRRF	39.356	36.820
<b>Total</b>	<b>230.661</b>	<b>242.006</b>

**10. Impostos e contribuições a recolher**

A composição dos impostos e contribuições a recolher é a seguinte:

	2017	2016
Pis/Cofins s/ Serviços PJ	75	-
ISSQN	71	58
IR a recolher	-	-
CSLL a recolher	-	-
<b>Total</b>	<b>146</b>	<b>58</b>

**11. Patrimônio líquido**

**a. Capital Social**

**\* Capital Subscrito**

Em 08/01/2013, foi realizada Assembleia Geral de Acionistas - AGE, em que foi aprovada aumento do capital social subscrito da Companhia, passando de R\$ 116.881.753 (cento e dezesseis milhões, oitocentos e oitenta e um mil, setecentos e cinquenta e três reais) para R\$ 500.000.000 (quinzentos milhões de reais). Em função da Lei Estadual 19.123 de 15 de dezembro de 2015 art. 1º incisos I e II e Assembleia Geral de Acionistas - AGE, realizada em 29 de dezembro de 2015 foi autorizada a redução de capital social subscrito e integralizado da Companhia pelo Estado de Goiás s no montante de R\$69.814.537. Desta forma o Capital Subscrito da Companhia que era de R\$500.000.000 passou a ser de R\$430.185.463 em 31/12/2014. Em 2016 com a redução ocorrida com o acerto constante da AGE de 11/08/2016 no valor de R\$. 35.852.383,47 (trinta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, trezentos e oitenta e três reais e quarenta e sete centavos) o capital social passou a ser R\$. 394.333.079,03 (Trezentos e Noventa e Quatro Milhões, Trezentos e Trinta e Três Mil, Setenta e Nove Reais e Três Centavos), valor este que permanece.

**\* Capital Integralizado**

Em 31/12/2017 o capital integralizado da Companhia é de R\$.352.591.834,88 restando R\$ 41.741.244,15 (Quarenta e Hum Milhões, Setecentos e Quarenta e Hum Mil, Duzentos e Quarenta e Quatro Reais e Quinze Centavos) a integralizar, conforme poderá ser visto na demonstração das mutações patrimoniais

**b. Prejuízos Acumulados**

No valor do prejuízo acumulado de R\$. 117.800.066,93 (Cento e Dezesseis Milhões, Oitocentos Mil, Sessenta e Seis Reais e Noventa e Três Centavos), está a importância de R\$. 107.126.162,07 (Cento e Sete Milhões, Cento e Vinte e Seis Mil, Cento e Sessenta e Dois Reais e Sete Centavos), que corresponde a 90,94% do total e refere-se a: a) prejuízo verificado em investimentos de empresas Coligadas/Controladas avaliadas por equivalência patrimonial entre 2008 e 2014, sendo que estes investimentos já foram excluídos do ativo da companhia.

**c. Reserva Legal**

É constituído à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Em 2017 não foi destinado saldo para reserva legal em decorrência do prejuízo apurado no exercício.

**d. Dividendos**

O dividendo obrigatório é equivalente ao percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei 6.404/76. Nos termos do estatuto social, atualmente em vigor, pelo menos 25% do lucro líquido apurado no exercício social anterior deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.  
No exercício de 2017 não foram destinados dividendos aos acionistas em função do prejuízo contábil apurado.

**12. Despesas Administrativas**

A composição das Despesas Administrativas é a seguinte:

Descrição	2017	2016
Pessoal	2.182.080	1.995.975
Serviços de Terceiros	391.261	511.380
Despesas com Editais e Publicações	25.423	19.385
Outras Despesas	159.815	27.517
<b>Total</b>	<b>2.758.579</b>	<b>2.544.257</b>

**13. Resultado Financeiro**

O resultado financeiro é apurado através de receitas financeiras são compostas de rendimentos de aplicações financeiras/depositos judiciais e de despesas bancárias em bancos oficiais.

**14. Remuneração dos diretores e empregados**

a) Os membros da Diretoria, Conselho de Administração e do Conselho Fiscal têm suas remunerações fixadas pela Assembleia Geral Ordinária dentro dos limites do Estatuto Social e consequente legislação pertinente.

b) A Sociedade não dispõe de quadro próprio de pessoal, e para a consecução de seus objetivos, conta com a seção de servidores de outros setores da Administração Estadual, para tal designados, e também, com a contratação de serviços técnicos especializados de terceiros, de acordo com a legislação pertinente.

**15. Gerenciamento de riscos**

A Administração da Companhia adota uma política conservadora no gerenciamento dos seus riscos. Essa política materializa-se pela adoção de procedimentos que envolvam todas as suas áreas críticas, garantindo que as condições do negócio estejam livres de risco real:

**i. Risco de crédito**

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos a Companhia tem

como política trabalhar com instituições tradicionais.

**ii. Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos e realização de seus créditos. Esse risco vem sendo monitorado pelos administradores e o acionista controlador vem efetuando repasses de recursos para garantia do cumprimento de obrigações da Companhia.

**16. Outras informações****a) Operações com instrumentos derivativos**

A Companhia não opera com instrumentos derivativos.

**b) Eventos subsequentes**

Não houve eventos, desde a data de 31/12/2017 até a data de divulgação das demonstrações financeiras, que ensejassem ajustes contábeis às demonstrações apresentadas ou divulgações complementares.

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS SA GOIÂNIA - GO**

**Opinião com Ressalva**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COMPANHIA DE INVESTIMENTOS E PARCERIAS DO ESTADO DE GOIÁS SA (COMPANHIA)**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, inolinda o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assumo tratado no parágrafo "Base para Opinião com Ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA** em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas Operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião com ressalva****Investimentos**

Conforme nota explicativa 7.1, a **COMPANHIA**, em 31 de dezembro de 2017 possui contabilizado em Participações Societárias e Controladas e Coligadas o valor de R\$ 223.066.171. Os controles apresentados pela Administração referente a contabilização e conciliação dos valores registrados que compõem os saldos da referida conta, não foram suficientes para concluir quanto à adequação dos valores contabilizados e aos efeitos das distorções nas demonstrações contábeis. Em 31 de dezembro de 2017, conforme nota explicativa 1.2, a **COMPANHIA** possui registrada, na rubrica "Propriedades para Investimentos", o montante de R\$ 6.330.003,33 relativo a um terreno recebido da empresa Teleporlo Goiás 3/AA **COMPANHIA** não efetuou sobre este item, teste de recuperabilidade (impairment), conforme determina a NBC TG 01 (R4) - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS. Não obtivemos evidências suficientes que suportem a contabilização, para ser considerado como propriedade de investimento de acordo NBC TG 2B (R4) - PROPRIEDADE PARA INVESTIMENTO. Não nos foi possível concluir quanto a necessidade de ajustes ao valor contabilizado, em razão da não aplicação das normas acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2016, os valores antes contabilizados e apresentados em Imóveis, em 2017 estão apresentados em Propriedade para investimentos. As demonstrações elaboradas pela Companhia não apresentam adequadamente as informações contábeis, referente as alterações e mudanças de políticas, de acordo com as Normas de Contabilidade, NBC TG 23 (R2) - POLÍTICAS CONTÁBEIS, MUDANÇA DE ESTIMATIVA E RETIFICAÇÃO DE ERRO.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à **COMPANHIA**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção às demonstrações contábeis, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 2.697.963 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, totalizando assim R\$ 117.800.066 em Prejuízos Acumulados, esses eventos ou condições, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia, os prejuízos acumulados estão justificados na nota explicativa 1.1b. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

**Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **COMPANHIA** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **COMPANHIA** ou cessar suas operações.

ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **COMPANHIA** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações con-

tábeis.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **COMPANHIA**.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **COMPANHIA**. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em no opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões são fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relato. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **COMPANHIA** a não mais manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compat com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas e controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 9 de maio de 2018

**MACIEL AUDITORES S/S**

2CRC RS 5.460/0-0 - T - SP

**LUCIANO GOMES DOS SANTOS**

1CRC RS 059.628/0-2 Responsável Técnico

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os abaixo signatários membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia de Investimento e Parcerias do Estado de Goiás - GOIÁSPARCERIAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após análise do material documental, e embasadas nas Demonstrações Financeiras, nas Notas Explicativas e no Parecer dos Auditores Independentes da "Maciel Auditores S/S", firmam que as demonstrações da Companhia do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, encontram-se em ordem e expressam a real situação financeira da Companhia, motivo pelo qual opinam favoravelmente pela sua aprovação em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, convocada para esta finalidade.

GOIÂNIA - GO, 17 de maio de 2018.

**JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA**

CONSELHEIRO

**JOSÉ PAULO FÉLIX DE SOUSA LOUREIRO**

CONSELHEIRO

**SILVIO VIEIRA LUZ**

CONSELHEIRO